

Tribunal dá razão a funcionário promovido. Decisão pode impedir devolução de aumentos

Trabalhador da Câmara de Elvas vai reaver dinheiro por progressão na carreira que foi obrigado a repor

A história começa em 2009. Cento e quarenta e quatro funcionários da Câmara Municipal de Elvas foram promovidos contra o que estava estabelecido pelo poder central. No ano seguinte tiveram de devolver à autarquia os aumentos e ontem o Tribunal Administrativo de Castelo Branco deu a razão a um dos funcionários, que vai reaver o dinheiro que devolveu. A decisão inédita do tribunal pode fazer escola, dizem os especialistas.

A decisão do juiz aponta para a legalidade da progressão na carreira do funcionário camarário e prevê uma reposição do dinheiro que lhe foi descontado desde 2010. Pedro Melo, sócio da PLMJ, explicou ao *i* que, caso não exista recurso nesta deliberação, se trata de uma "decisão revolucionária". Porém, não exclui que um recurso não venha a revogar a decisão. Caso isso não aconteça, o advogado admite que "a deliberação pode ser seguida por outros tribunais em casos análogos e pode levar a que mais trabalhadores recorram à justiça

para averiguação do seu caso".

Em 2010, os funcionários tiveram não só de repor o dinheiro equivalente aos aumentos salariais desse ano, como também foram despromovidos de escalação. Cada um dos 144 funcionários da Câmara Municipal de Elvas interpôs individualmente um processo em tribunal relativamente à decisão. Apenas um deles já conheceu a sentença.

O presidente da câmara, Roldão Almeida, mostrou-se satisfeito com a decisão e acredita que os restantes processos com "fundamentos iguais" serão julgados da mesma forma.

A Câmara de Elvas teve de revogar as progressões nas carreiras devido a pareceres da Comis-

são de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e da Inspeção-Geral da Administração Local, que as consideravam ilegais. A autarquia teve um ano para revogar a decisão e obrigou os funcionários a repor os aumentos de salários anteriormente atribuídos.

Também a Câmara de Setúbal anunciou já este ano que cerca de 400 trabalhadores teriam de repor os aumentos salariais após um relatório da Inspeção-Geral da Administração Local (IGAL) ter anulado as decisões da autarquia que visavam a progressão na carreira dos trabalhadores. A autarquia alegou que o relatório "não deixou alternativa e pediu a devolução dos aumentos desde 2009".

Luís Gonçalves da Silva, fundador do Instituto de Direito, afirma que a "sentença demonstra, e bem, que os trabalhadores não devem em regra ser afetados por decisões erradas dos seus empregadores; a responsabilidade deve ser imputada a estes".

Os funcionários de Elvas alegaram dificuldades em devolver os aumentos salariais que lhes eram pedidos. Em Setúbal, os valores a repor pelos trabalhadores serão entre 13 a 200 euros mensais desde 2009. *Catarina Falcão*

Especialistas dizem que decisão pode provocar recursos à justiça de mais funcionários

Cerca de 400 trabalhadores de Setúbal vão ter de devolver dinheiro dos aumentos